

setor elétrico

Uma liquidação sem igual

No Gran Meliá World Trade Center, em São Paulo, um evento inédito no mundo: uma gigantesca venda de energia elétrica, a “preço de banana”, a ser mantido por oito anos

O Gran Meliá World Trade Center fica no centro mais novo de São Paulo, perto da marginal do rio Pinheiros, onde a cidade se reurbanizou com instalações especiais – entre elas hotéis e centros de negócios de última geração como o Meliá –, para ser um dos pontos de conexão do mundo do capital globalizado. Na cena da foto acima, se vê, ao lado da porta à esquerda, o secretário-geral do ministério das Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, observando executivos das empresas geradoras de energia elétrica instaladas no país que estão sendo revistados para entrar em uma seção especial do Meliá, na manhã do dia 7 de dezembro passado: três andares, alugados ao preço de 3,5 milhões de reais, para a realização de um evento sem igual no mundo – um megaleilão de fornecimento de energia elétrica. Quando o leilão terminou, no começo da noite, tinham sido vendidos fornecimentos de energia elétrica de 17.008 megawatts, no valor de cerca de 75 bilhões de reais, principalmente pelas geradoras estatais brasileiras, a “preços de banana”, cerca de US\$ 22 dólares o megawatt-hora, quando hoje, no mercado internacional, o preço está em aproximadamente US\$ 30 ou US\$ 40, ou seja, entre

cerca de cinquenta por cento mais ou quase o dobro. Foi, disse o instituto *Ilumina* – uma organização criada pela antiga oposição, para combater no campo das idéias o plano de privatização do setor elétrico brasileiro –, uma operação de venda extravagante: diferentemente das liquidações conhecidas, quando se vende o produto em excesso para limpar os estoques e recuperar o preço logo a seguir, o preço dos fornecimentos de energia – divididos em três séries, uma começando em 2005, outra em 2006 e a última em 2007 – será mantido por oito anos. Os fornecimentos garantidos para 2005-2013 saíram em média a 57,50 reais por MWh, ou, em dólares do dia, a US\$ 19,26; os fornecimentos para 2006-2014 saíram a 67,33 reais por MWh, ou US\$ 22,43; e os fornecimentos para 2007-2015, saíram a 75,45 reais por MWh, ou US\$ 25,15. E foi basicamente o setor estatal que promoveu a grande queima: 93,57% das vendas foram feitas pelas geradoras estatais.

O futuro subestimado Mesmo a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, a grande defensora do leilão, antes e depois de sua realização, considerou os preços obtidos muito

baixos. Mas, por que os preços foram tão baixos? Uma das razões é que no momento há um excesso de capacidade de geração de energia em relação ao consumo. Isso, no entanto, não basta para explicar os preços baixos, porque as vendas são para contratos de oito anos e no futuro pode haver falta de energia. Outra das possíveis explicações é a possibilidade de as distribuidoras, que são as compradoras no leilão, terem subestimado o consumo futuro. Para realizar o leilão, de acordo com as regras do novo modelo do setor elétrico brasileiro aprovado pelo governo Lula no Congresso no início deste ano, o ministério de Minas e Energia solicita às distribuidoras as suas previsões de consumo. Se diverge das projeções feitas, pode assumir a responsabilidade de corrigi-las. E faz o leilão com os números aprovados, depois dessa avaliação. No caso, o governo não contestou as previsões das distribuidoras. Mas o fato de ter passado a tarefa do planejamento do consumo futuro para as distribuidoras é um dos grandes problemas apontados pelos críticos do novo modelo. De um modo geral, nos últimos 20 anos, o país se desenvolveu sob o comando do capital financeiro, basicamente estrangeiro, a

taxas médias de crescimento de cerca de 2,5% ao ano. Não será de estranhar, portanto, que as distribuidoras de energia – hoje basicamente empresas privadas e principalmente estrangeiras – tenham calculado o consumo de energia elétrica futuro do país considerando taxas médias de crescimento baixas.

De qualquer modo, poucas pessoas e instituições consideraram os resultados do leilão positivos. A razão para isso é simples de entender, seja pela direita, seja pela esquerda. O país teve um gigantesco problema há poucos anos, por falta de investimentos novos em geração de energia: o governo teve de promover um apagão, um racionamento no fornecimento de energia elétrica, de oito meses, entre 2001 e 2002. Atualmente, apesar de haver sobra de fornecimento, já se discute a possibilidade de novo racionamento, porque as usinas elétricas demoram anos para serem construídas – uma térmica sai em três anos, uma hidrelétrica em cinco, aproximadamente. E se os preços da energia estiverem muito baixos, que investidores serão atraídos agora para os novos empreendimentos? Pela direita, os que dizem que a atração de capitais privados é a salvação, sempre dizem também que o chamado *custo marginal* da energia elétrica, o preço de produzir hoje um megawatt-hora novo, é de 30 a 40 dólares. Trinta dólares seria o custo marginal do megawatt novo nas hidrelétricas; US\$ 40 é o custo de geração das moderníssimas termelétricas a gás de ciclo combinado, muitas das quais foram instaladas no país nestes últimos anos.

Pela esquerda, para que as geradoras hidrelétricas estatais brasileiras possam criar os novos empreendimentos, se o capital privado não vier, é preciso que elas não se descapitalizem, que não prejudiquem sua *geração de caixa*, como se diz, vendendo energia a preço muito baixo. O Banco Pactual, que está longe de ser uma instituição que proteja as estatais, fez um levantamento sobre a situação de Furnas, a maior fornecedora de energia elétrica do país, que no leilão foi responsável por mais de um terço das vendas. Alguns comentaristas diziam que Furnas po-

A GRANDE QUEIMA DE ENERGIA
Os preços ficaram em torno de US\$ 22, metade dos valores internacionais

RESULTADOS DO LEILÃO DA CHAMADA "ENERGIA VELHA" DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO DO ÚLTIMO DIA 7 DE DEZEMBRO

Ano	2005			2006			2007			TOTAL GERAL		
	Empresa	MW	R\$ por MWh	Total em R\$ bilhões	MW	R\$ por MWh	Total em R\$ bilhões	MW	R\$ por MWh	Total em R\$ bilhões	MW	R\$ bilhões
	Furnas	3.076	60,94	13,14	2.527	69,58	12,32	150	77,70	0,82	5.753	26,27
	Chesf	2.500	52,79	9,25	1.054	60,35	4,46	138	66,05	0,64	3.692	14,34
	Cesp	800	62,10	3,48	1.178	68,37	5,64	20	77,70	0,11	1.998	9,23
	ElNorte	672	56,00	2,64	328	63,90	1,47	550	77,00	2,97	1.550	7,07
	Copel	980	57,50	3,95	368	67,62	1,74	81	75,44	0,43	1.429	6,12
	Cemig				927	69,58	4,52				927	4,52
	Light	380	51,73	1,38	130	61,12	0,57				510	1,93
	Duke	214	59,98	0,90	58	69,98	0,28	218	75,98	1,16	490	2,34
	CEEE	26	57,47	1,05	152	67,87	0,72				412	1,77
	Emae	85	60,84	0,36	33	69,21	0,16	5	75,75	0,03	123	0,55
	Escelsa	87	57,00	0,30	27	64,00	0,12				114	0,47
	Tractbel							10	70,89	0,05	10	0,05
	Totais			36,49	6,782		32,00	1,172		6,2	17.008	74,69

Fonte: Salvo os arredondamentos, a tabela foi feita por Dorival Gonçalves, professor da Universidade Federal de Mato Grosso, que faz doutoramento na Universidade de São Paulo sobre o significado das transformações recentes do setor elétrico brasileiro. Os dados que ele usou são os fornecidos pela operadora do leilão, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

deria vender energia muito barata porque é uma das mais antigas estatais e tinha a grande maioria de sua geração já amortizada – grandes usinas feitas há mais de trinta anos e que já estariam totalmente pagas, podendo portanto gerar energia apenas pelo custo de manutenção. Pois bem, o Pactual mostrou que Furnas têm amortizados apenas 31% de seus investimentos. Além disso, compra 40% da energia que fornece de outras usinas e comercializadoras, por contratos muitas vezes desfavoráveis, feitos no governo Fernando Henrique para forçar a privatização. Para o Pactual, o preço da venda de energia de Furnas nos leilões deveria estar em torno de 80 reais o MWh, no fornecimento de 2005. E a companhia vendeu a 61 reais, garantidos por oito anos!

A história por inteiro O governo esteve em dúvida sobre como realizar o leilão; contratou, inclusive, consultorias internacionais para defini-lo. É, claramente, no entanto, o responsável por uma das regras básicas que permitiram o preço baixo. Até pouco antes de definir as normas do leilão, se discutia no Ministério a possibilidade de fixar preços mínimos, com vistas a impedir que as geradoras fos-

sem prejudicadas pelo fato de haver sobra de energia no momento. Ao invés de fixar um preço mínimo, no entanto, o MME acabou optando por fixar um preço máximo: para os contratos a partir de 2005, R\$ 80 por MWh; para os de 2006, R\$ 86,00 por MWh; e para os de 2007, R\$ 96,00 por MWh. A ministra Dilma acha que os preços baixos de agora não inibirão os investimentos futuros. O leilão de agora, dos “empreendimentos existentes” era da chamada “energia velha”; os próximos serão de “energia nova”, para novos investimentos – e neste o preço será outro, diz a ministra. A ministra acha também que a situação das geradoras estatais, após o megaleilão, será melhor do que antes. Pelas regras do modelo mercantil criado no governo Fernando Henrique Cardoso, os contratos de fornecimento de energia elétrica existentes iriam sendo descontratados à base de 25% ao ano, a partir de 2003, de modo que em 2007, o mercado estivesse completamente livre e vendedores e compradores de energia negociassem segundo regras definidas por eles próprios, sem intervenção estatal. Por esse motivo, a partir de 2003, as geradoras passaram a ter 25% de seu fornecimento sem contrato e, a partir de 2004, 50%. Essa energia des-

contratada está, ainda agora, em grande parte sendo vendida no chamado “mercado livre” de energia, onde o preço atualmente está em R\$ 18,00 o megawatt-hora. Era o caso de Furnas, por exemplo que, das estatais e também por ser a maior, era a que tinha mais energia descontratada. Se Furnas estava vendendo a 18 e passou a vender a 61, melhorou, é claro, diz a ministra.

A história, no entanto, como diz o *Ilumina*, precisa ser vista por inteiro. O governo Lula poderia ter optado por cancelar a descontração, como era a proposta de Luiz Pinguelli Rosa, considerado como o principal teórico dos que faziam oposição ao modelo de privatização neoliberal antes de se tornarem governo. No final de 2002, o grupo de Pinguelli pressionou Dilma Rousseff, então coordenadora para o setor de energia do programa da transição entre o governo FHC e o governo Lula e lhe pediu que adiasse, por pelo menos meio ano, o programa de descontração das estatais. O governo Lula que se formava, no entanto, e que escolheria Dilma e não Pinguelli para o Ministério, optou por aceitar as descontrações. E avalizou os termos da Lei 10.604, que Fernando Henrique editou no dia 17 de dezembro, que as consagrou.

Ao permitir que as estatais fossem forçadas a vender, já a partir do seu primeiro dia de governo, as grandes sobras de energia elétrica decorrentes da queda do consumo provocada pelo racionamento, no “mercado livre”, o governo Lula apenas abriu a possibilidade de criar diversos novos modelos menos ruins que o do governo anterior. Nesse “mercado livre”, onde – nos termos imaginados pelos

modelistas neoliberais de Fernando Henrique –, os preços seriam competitivos e internacionais, na prática, as cotações tinham desabado.

O *Ilumina* resume a conclusão dessa história assim: Todos os componentes do preço da energia elétrica subiram: a tarifa de transmissão subiu 600% desde 1999; os contratos privados entre geradoras e distribuidoras do mesmo grupo permaneceram intocados e corrigidos pelo IGP-M; os combustíveis utilizados pelas térmicas sobem com o preço do petróleo; os impostos e o custeio de toda a complicada rede institucional do setor também aumentaram, dada a profusão de órgãos criados. Só o preço das geradoras estatais foi jogado lá para baixo.

O bode na sala Furnas vendeu mais de 3000 MW médios de fornecimento de energia elétrica por 8 anos a partir de 2005 por 61 reais o MWh. Comparando esse resultado com a venda desses mesmos 3000 MWh médios no “mercado livre” a 18 reais o MWh, evidentemente a situação é muito melhor. Visto o resultado no seu quadro mais amplo, no entanto, ao acabar com esse “mercado livre” e criar um leilão no mercado regulado da forma como o realizado no Gran Meliá, a ministra apenas, como se diz, tirou o bode da sala. A situação é melhor que antes, é claro. No entanto, a 61 reais o MWh, Furnas não gerará recursos suficientes para promover novos investimentos. Esse é o problema dela, de todas as outras estatais e mesmo de algumas geradoras privadas que tiveram que ir ao leilão e também venderam a preço baixo.

A situação não é igual para todas as empresas de capital estrangeiro porque muitas delas têm contratos especiais, que o governo manteve a despeito de considerá-los até mesmo “imorais” (veja *Contratos Imorais*, capa de *REPORTAGEM* 59, de agosto passado). Esses contratos garantem, por exemplo, que a AES Eletropaulo – que distribui energia elétrica na região metropolitana de São Pau-

lo, é a maior distribuidora do país e comprou energia no grande leilão a R\$ 57,51 o megawatt-hora – tenha um outro contrato, que não vem de leilão, mas de acertos feitos pelo governo FHC e que o governo Lula respeita. Esse contrato lhe permite comprar parte do seu fornecimento da geradora AES Tietê, do mesmo grupo, a 109,94 reais o megawatt-hora. Por essa razão, talvez, a AES Tietê não precisou ir ao leilão: sua energia já estava contratada, por fora.

O caso mais comum das dezenas de contratos especiais existentes, no entanto, é o das geradoras termelétricas controladas por grupos estrangeiros que têm contratos chamados de *self-dealing* com as distribuidoras do mesmo grupo. Essas termelétricas, de um modo generalizado, não estão gerando energia. As sucessivas mudanças no setor elétrico brasileiro, de 1995 até a do início deste ano, não alteraram o modo de operação do sistema que tem um Operador Nacional que comanda a geração. Salvo por problemas técnicos da rede, a ordem para geração põe em funcionamento as geradoras hidrelétricas, que são as que produzem energia mais barata. E como está sobrando energia, as térmicas acabam não entrando em operação. O que foi alterado foi a forma de contabilização e pagamentos dos negócios. Agora são permitidas inúmeras mediações. E os negócios são regulados não por planejamento, mas por contratos. Assim, a Termelétrica Norte Fluminense, do grupo da francesa EDF, tem contrato de fornecimento com a distribuidora Light Rio, do mesmo grupo, a R\$ 133,19 reais o megawatt-hora. A Norte Fluminense praticamente não opera mas realiza o seu fornecimento através da contabilização de seu contrato na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A energia, de fato, é das geradoras hidrelétricas, basicamente estatais. Uma energia que é vendida, deve-se ressaltar, tendo em vista os preços desses “contratos imorais”, a preço de banana (no caso, a Light também é geradora, mas em pequena escala: tem algumas pequenas hidrelétricas no Rio; gera 380 MW, como se pode ver na tabela em que ela aparece entre as geradoras). **[Raimundo Rodrigues Pereira]** ■

Gran Meliá: num centro do capital globalizado, um leilão de R\$ 75 bilhões



Divulgação